



INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Edital n.º 1453-G/2021

Sumário: Concurso documental interno para dois postos de trabalho na categoria de professor coordenador, na área disciplinar de História, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (1) e Escola Superior de Educação de Viseu (1) do Instituto Politécnico de Viseu.

Abertura de concurso documental interno para preenchimento de duas vagas na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Viseu, na área disciplinar de História, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho.

1 — Torna-se público que, por meu despacho de 13-12-2021 se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho, integrado na carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e previsto no Mapa de Pessoal docente do IPV, para o ano de 2021, na categoria de Professor Coordenador da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, na área disciplinar de História.

2 — Legislação aplicável: O concurso é aberto nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (decreto-lei de execução orçamental), que produz efeitos até à data de entrada em vigor do decreto-lei de execução orçamental para 2021, da Circular Série A — n.º 1400, da Direção-Geral do Orçamento, de 8 de fevereiro de 2021, da orientação do Gabinete do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, secundada por comunicação da Secretaria-Geral do Ministério, dos artigos 6.º, 9.º-A, 10.º, 15.º e 15.º-A do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 69/88, de 3 de março e 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, bem como do Regulamento de recrutamento e contratação do pessoal docente de carreira do Instituto Politécnico de Viseu, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 28 de setembro de 2010, através do Regulamento n.º 754/2010.

3 — Local de trabalho: Escola Superior de Educação de Viseu (uma vaga) e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (uma vaga) do Instituto Politécnico de Viseu.

4 — O procedimento concursal destina-se à ocupação de dois (2) postos de trabalho do Mapa de Pessoal Docente do IPV para 2021, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

5 — Descrição sumária das funções: As funções a exercer são as correspondentes à categoria de professor coordenador, como tal definidas no artigo 2.º-A e artigo 3.º n.º 5, ambos do ECPDESP.

6 — Em conformidade com o artigo 19.º do ECPDESP e o n.º 2 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, só podem ser opositores ao concurso os professores com contrato por tempo indeterminado com o Instituto Politécnico de Viseu que sejam detentores do grau de doutor ou do título de especialista, obtido há mais de cinco anos na área disciplinar de História, e ainda que tenham o mínimo de 10 anos de antiguidade na respetiva categoria.

7 — Posição remuneratória: a posição remuneratória é a prevista para a categoria, no sistema retributivo do pessoal docente do ensino superior politécnico — Decreto-Lei n.º 408/89 de 18 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 76/96 de 18 de junho e 124/99 de 20 de abril.

8 — Prazo e Forma de apresentação das candidaturas:

8.1 — Prazo: 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do IPV em www.ipv.pt

8.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet do IPV, datado, assinado e rubricado [onde deverão constar: identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número e validade do cartão

do cidadão, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais] e remetidas por uma das seguintes formas:

a) Via eletrónica para o endereço de email expediente@sc.ipv.pt até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas;

b) Por correio registado com aviso de receção endereçado a Instituto Politécnico de Viseu, Avenida Coronel José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510 Viseu, até à data-limite para apresentação de candidaturas, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido;

c) Pessoalmente, nas horas de expediente, nos serviços de Expediente do Instituto Politécnico de Viseu, Avenida Coronel José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico de Viseu, 3504-510 Viseu.

8.3 — Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

a) Fotocópia do Certificado de Habilitações ou de outro documento legalmente reconhecido que confirmem a posse do grau de doutor ou do título de especialista na área para que é aberto o concurso; no caso de habilitação académica obtida no estrangeiro, deverá juntar comprovativo do reconhecimento, equivalência ou registo do grau de doutor, nos termos da legislação aplicável;

b) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado, organizado de acordo com os critérios de seleção e seriação e o sistema de avaliação e classificação final constantes do ponto 8;

c) Documentos comprovativos dos factos indicados no currículo;

d) Certificado do registo criminal;

8.4 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nos números anteriores determinam a exclusão dos candidatos;

8.5 — É dispensada a apresentação dos comprovativos que possam ser solicitados pelo júri aos serviços do IPV.

9 — Método de seleção: avaliação curricular. Os critérios de seleção e seriação, e respetivos pontos associados constam na grelha em anexo.

9.1 — Classificação final (CF): A classificação final será expressa de 0 a 100 valores, com arredondamento às décimas, que resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC,$$

em que:

CF = Classificação Final;

AC = Avaliação Curricular.

No caso da classificação de dois ou mais candidatos ser igual a 100 pontos, a ordenação far-se-á pelo número total de pontos do candidato sem aplicação dos pontos máximos em cada parâmetro.

10 — Júris

10.1 — Constituição do júri

a) Presidente:

João Paulo Rodrigues Balula — Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viseu

b) Vogais:

José Pedro de Matos Paiva | Professor Catedrático | Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra;

Maria Margarida Sobral da Silva Neto | Professora Catedrática | Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra;

Luís Alberto Marques Alves | Professor Associado com Agregação | Faculdade de Letras | Universidade do Porto;

Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira | Professora Associada com Agregação | Faculdade de Letras | Universidade do Porto;

Maria Teresa Morais de Gouveia Osório Antas de Barros | Professora Coordenadora | Departamento de Comunicação e Arte | Instituto Politécnico de Viseu.

c) Suplentes:

Ana Isabel de Lemos Carvalhão Buescu de Vasconcelos e Sousa | Professora Associada com Agregação | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas | Universidade Nova de Lisboa;

Maria Marta Lobo de Araújo | Professora Associada com Agregação | Departamento de História | Universidade do Minho.

10.2 — O júri pode deliberar quando estiverem presentes pelo menos dois terços dos seus vogais e quando a maioria dos vogais presentes for externa.

10.3 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros do júri, presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

10.4 — Sempre que considere necessário, o júri solicita aos candidatos documentação complementar relacionada com o *curriculum vitae* apresentado, nos termos e condições previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP.

10.5 — Audição pública: o júri, em presença das candidaturas, poderá determinar a realização de audições públicas nos termos na alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP e da alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, do Regulamento de Recrutamento e Contratação por tempo indeterminado de pessoal docente do Instituto Politécnico de Viseu.

11 — A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular é efetuada através de lista afixada em local visível e público nas instalações dos Serviços Centrais do IPV e na sua página eletrónica.

12 — Audiência de interessados e notificações:

12.1 — Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados para o mesmo efeito.

12.2 — As notificações são efetuadas por correio eletrónico.

13 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultados aos candidatos, sempre que solicitados.

14 — A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Instituto Politécnico de Viseu, após aplicação dos critérios de seleção.

15 — O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

17 de dezembro de 2021. — O Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, *José dos Santos Costa*.

Anexo: grelha de avaliação

ANEXO

Parâmetros	Pontos (máximos)	Itens	Subitens	Proposta de valoração
1 — Técnico -Científico e Profissional.	30	1.1 — Projetos de Investigação e Desenvolvimento	Responsável de projetos de investigação (concluídos/em curso) com avaliação e com financiamento externo (ex: FCT; projetos europeus).	(1,0/0,7) p/ projeto.



Parâmetros	Pontos (máximos)	Itens	Subitens	Proposta de valorização
			Responsável de outros projetos de investigação (concluídos/em curso). Colaborador de projetos de investigação (concluídos/em curso) com avaliação e com financiamento externo (ex: FCT; projetos europeus). Colaborador de outros projetos de investigação (concluídos/em curso).	(0,75/0,5) p/ projeto. (0,5/0,3) p/ projeto. (0,5/0,3) p/ projeto.
		1.2 — Publicações/ comunicações de carácter científico.	Publicação de artigos em revista científica internacional indexadas no Web of Science (ISI)/SCOPUS ou equivalente. Publicação de artigos técnico-científicos em outras revistas com arbitragem ou capítulos de livros. Publicação de artigos técnico-científicos em atas de congressos internacionais com arbitragem. Publicação de artigos técnico-científicos em atas de congressos nacionais com arbitragem. Comunicação técnico-científica em congressos internacionais/nacionais. Autor ou coautor de livro técnico-científico Revisor de artigos científicos	4,0 p/ artigo. 2,0 p/ artigo. 2,0 p/ artigo. 1,0 p/ artigo. 0,5 p/ com. c.i./ 0,25 p/com. c.n.. 1,5 p/ livro. 1,0 p/ artigo.
		1.3 — Organização técnico-científica.	Coordenador de unidades/grupos científicos financiados pela FCT com a classificação mínima de Bom. Membro Efetivo de unidades/grupos científicos financiados pela FCT com a classificação mínima de Bom. Membro de comissões científicas de congressos/seminários técnico-científicos internacionais. Membro de comissões científicas de congressos/seminários técnico-científicos nacionais.	0,50 p/ ano. 0,15 p/ ano. 1,5 p/ evento. 1,0 p/ evento.
		1.4 — Orientação de teses/ dissertações/ estágios/ trabalhos finais de grau académico.	Orientação e Coorientação de Teses de Doutoramento (concluídas). Orientação ou Coorientação de Dissertação/ Projeto/ Estágio de Mestrado (concluídos). Orientação ou Coorientação de Estágio de Licenciatura com Relatório Final (concluídos).	2,0 p/ orientação. 1,0 p/ orientação. 0,5 p/ orientação.
		1.5 — Participação em júris de provas académicas.	Arguente de Tese de Doutoramento. . . . Membro do Júri de Tese de Doutoramento Membro do Júri de Dissertação/Projeto/ Trabalho final de curso de Mestrado. Membro do Júri de Relatório final de curso de Licenciatura.	1,0 p/ arguição. 0,75 p/ participação. 0,5 p/ participação. 0,25 p/ participação.



Parâmetros	Pontos (máximos)	Itens	Subitens	Proposta de valoração
		1.6 — Atividades de natureza profissional com relevância para a área do concurso.	Prestação de serviços ao exterior, estudos/projetos ou pareceres elaborados. Experiência profissional em atividade de relevância na área, fora do meio académico.	0,5 p/ prestação de serviço. 1 p/ ano ex. prof.
		1.7 — Outras Atividades. . . .	Outras atividades consideradas relevantes	Até 2,0 p/item.
2 — Pedagógico.	50	2.1 — Experiência e Dedicção à Docência.	Experiência docente no ensino superior politécnico ou universitário no âmbito da Distribuição do Serviço Docente. Coordenação de Unidades Curriculares na área, no mesmo Curso ou em Cursos distintos. Número de Unidades Curriculares distintas lecionadas na área. Orador em ações Pedagógicas fora da Distribuição Serviço Docente. Cursos pedagógicos e de investigação > 25 horas.	0,5 p/ cada semestre de exp. 0,75 p/ UC. 1,0 p/ UC distinta. 0,75 p/ação. 0,5 p/curso.
		2.2 — Elaboração de Material Pedagógico na área disciplinar do concurso.	Elaboração de manuais e livros de texto de apoio à docência que cubram pelo menos 75 % da matéria da UC (aulas T e TP, no máximo 1 elemento por UC). Elaboração de outros apontamentos impressos de apoio à docência que cubram pelo menos 75 % da matéria da UC (aulas T e TP, no máximo 1 elemento por UC). Elaboração de cadernos de exercícios, software, guias de laboratório, etc., que cubram pelo menos 75 % da matéria da UC (aulas P e L, no máximo 2 elementos por UC).	2,5 p/ manual/livro. 1,5 p/ manual/livro. 1,5 p/ manual/livro.
		2.3 — Organização pedagógica.	Organizador de eventos internacionais de carácter pedagógico-didático sem comissão científica. Organizador de eventos nacionais de carácter pedagógico-didático sem comissão científica.	0,75 p/ evento. 0,5 p/ evento.
		2.4 — Outras Atividades. . . .	Outras atividades consideradas relevantes na área disciplinar do concurso.	Até 2,0 p/item.
3 — Organizacional (Outras atividades relevantes).	20	3.1 — Gestão administrativa e participação em Órgãos Colegiais.	Presidente de IP. Diretor ou Presidente de Unidade Orgânica Presidente de órgãos estatutários (CTC, CC, CP, AR, CR, CG, etc.). Vice-presidente ou Secretário de órgãos estatutários (CTC, CC, CP, AR, CR, CG, etc.). Vice-Presidente de IP. Pró-Presidente de IP. Subdiretor ou Vice-Presidente de Unidade Orgânica. Presidente/Diretor de Departamento/Área Científica. Coordenador de curso Coordenador de programas de mobilidade internacional (tipo Erasmus).	1,0 p/ ano. 0,75 p/ ano. 0,75 p/ ano. 0,50 p/ ano. 0,75 p/ ano. 0,5 p/ ano. 0,5 p/ ano. 0,25 p/ ano. 0,25 p/ ano. 0,25 p/ ano.



Parâmetros	Pontos (máximos)	Itens	Subitens	Proposta de valoração
			Membro de órgãos estatutários (CTC, CP, AR, CG, CA, etc.)	0,25 p/ ano.
			Membro de comissões organizadoras de congresso/seminários técnico-científicos internacionais.	1,0 p/ evento.
			Membro de órgãos de organizações relacionadas com a área a concurso.	0,25 p/ ano.
			Participação em comissões de trabalho	0,15 p/ ano.
		3.2 — Outras Atividades. . . .	Participação em programas de internacionalização (mobilidade, lecionação de unidade curricular com apoio a língua estrangeira, participação em reuniões internacionais como representante de uma instituição de ensino superior ou de uma Unidade Orgânica).	0,5 p/ participação em IES diferentes.
			Coordenação, execução e desenvolvimento de projetos ou atividades de carácter prático inseridos no ambiente socioprofissional, artístico e cultural e outras relevantes para a instituição.	0,5 p/ projeto/atividade distinto independente do número.
			Participação em comissões para a criação novos ciclos de estudo e cursos.	1,0 p/ participação.
			Lecionação de seminários, cursos e palestras (com duração inferior a 10 horas/ entre 10 e 20 horas/ superior a 20 horas).	0,5/1/1,5 p/ação.
			Outras atividades consideradas relevantes	Até 2,0 p/item.

314830269